

PONENTE.

TERRA NON DISCOPERTA.

MVILLOBANEA PROV.

MAR AÑOS

B R A S I L.

C. de S. Francisco.

C. de S. Sebastian.

C. de N. gles.

Sonbriere.

C. Rio.

C. de base.

C. de tota Saritos.

R. Real.

R. de S. Francisco.

C. de S. Augustin.

C. de ... manbu

S. Maria da offo.

LEVANTE.



A mina dos mapas

Um precioso material cartográfico vem ganhando visibilidade irrestrita graças ao trabalho do grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) responsável pela construção da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica. O acesso *on-line* é livre no endereço <<http://www.cartografiahistorica.usp.br>>. Fruto de um conceito desenvolvido pelo Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica (Lech), o *site* não só oferece a apreciação de um acervo de mapas raros impressos entre os séculos XVI e XIX, mas também torna possível uma série de referências cruzadas, comparações e chaves interpretativas com a pluralidade e a rapidez da internet. Afinal, “um mapa sozinho não faz verão”, como diz uma das coordenadoras do projeto, Iris Kantor, professora do Departamento de História da USP. O conjunto revela muito mais do que informações geográficas. Permite também perceber a elaboração de um imaginário ao longo do tempo, revelado por visões do Brasil concebidas fora do país. O trabalho se inseriu num grande projeto temático, denominado *Dimensões do Império português* e coordenado pela professora Laura de Mello e Souza, que teve apoio da FAPESP.

Até agora o acervo teve duas fontes principais. A primeira foi o conjunto de anotações realizadas ao longo de 60 anos pelo almirante Max Justo Lopes, um dos principais especialistas em cartografia do Brasil. A segunda foi a coleção particular do Banco Santos, recolhida à guarda do Estado durante o processo de intervenção no patrimônio do banqueiro Edegar Cid Ferreira, em 2005. Uma decisão judicial transferiu a custódia dos mapas ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP – iniciativa louvável, uma vez que esse acervo, segundo Iris Kantor, “estava guardado em condições muito precárias num galpão, sem nenhuma preocupação de acondicionamento adequado”. Foram recolhidos cerca de 300 mapas. Sabe-se que o número total da coleção original era muito maior, mas ignora-se onde se encontram os demais.

O primeiro passo foi recuperar e restaurar os itens recolhidos. Eles chegaram à USP “totalmente nus”, sendo necessário todo o trabalho de identificação, datação, atribuição de autoria etc. Durante os anos de 2007 e 2008, o Laboratório de Reprodução Digital

Material cartográfico
revela imaginário
colonial português

MÁRCIO FERRARI

Visão do
Brasil que
revela a
exploração



Mapa holandês a partir de Jean de Léry

do IEB pesquisou, adquiriu e utilizou a tecnologia adequada para reproduzir em alta resolução o acervo de mapas. Foram necessárias várias tentativas até se atingir a precisão de traços e cores desejada. Em seguida, o Centro de Informática do *campus* da USP em São Carlos (Cisc/USP) desenvolveu um *software* específico, tornando possível construir uma base de dados capaz de interagir com o catálogo geral da biblioteca da USP (Dedalus), assim como colher e transferir dados de outras bases disponíveis na internet. Uma das fontes inspiradoras dos pesquisadores foi o *site* do colecionador e artista gráfico inglês David Rumsey, que abriga 17 mil mapas (<http://www.davidrumsey.com>). Outra foi a pioneira Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica, da Biblioteca Nacional, que reúne 22 mil documentos digitalizados (<http://bndigital.bn.br/cartografia>). Futuramente, o acervo cartográfico da USP deverá integrar a Biblioteca Digital de Cartografia Histórica. Foi dada prioridade aos mapas do Banco Santos porque eles não pertencem à universidade, podendo a qualquer momento ser requisitados judicialmente para quitar dívidas.

Hoje estão disponíveis na Biblioteca Digital “informações cartobibliográficas, biográficas, dados de natureza técnica e editorial, assim como verbetes

Os mapas eram objetos de ostentação, com valor de fruição e ornamentação, para nobres e eruditos, diz Iris Kantor

explicativos que procuram contextualizar o processo de produção, circulação e apropriação das imagens cartográficas”. “Não existe mapa ingênuo”, diz Iris Kantor, indicando a necessidade dessa reunião de informações para o entendimento do que está oculto sob a superfície dos contornos geográficos e da toponímia. “O pressuposto do historiador é que todos os mapas mentem; a manipulação é um dado importante a qualquer peça cartográfica.”

Fizeram parte dessa manipulação os interesses geopolíticos e comerciais da época determinada e daqueles que produziram ou encomendaram o mapa. O historiador Paulo Miceli, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que no início da década passada havia sido chamado pelo Banco Santos para dar consultoria sobre a organização do acervo, lembra que o primeiro registro cartográfico daquilo que hoje se chama Brasil foi um mapa do navegador espanhol Juan de la Cosa (1460-1510), datado de 1506, que mostra “a linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas, a África muito bem desenhada e, à sua esquerda, um triângulo bem pequeno para indicar a América do Sul”. “O Brasil foi surgindo de uma espécie de nevoeiro de documentos, condicionado, entre outras coisas, pelo rigor da coroa portuguesa sobre o trabalho dos cartógrafos, que estavam sujeitos até a pena de morte.” Essa “aparição” gradual do Brasil no esquema geopolítico imperial é o tema da tese de livre-docência de Miceli, intitulada, apropriadamente, de *O desenho do Brasil no mapa do mundo*, que sairá em livro ainda este ano pela editora da Unicamp. O título se refere ao *Theatrum orbis terrarum* (*Teatro do mundo*), do geógrafo flamengo Abraham Ortelius (1527-1598), considerado o primeiro atlas moderno.

Navegadores - Ao contrário do que se pode imaginar, os mapas antigos não tinham a função principal, e prática, de orientar exploradores e navegadores. Estes, até o século XIX, se valiam de roteiros escritos, as “cartas de marear”, registrados em “pergaminhos sem beleza nem ambiguidade, perfurados por compassos e outros instrumentos, e que viraram invólucros de pastas de documentos em acervos cartográficos”, segundo Miceli. “Os mapas eram objetos de ostentação e prestígio, com valor de fruição e ornamentação, para nobres e eruditos”, diz Iris Kantor. “Um dos tesouros do Vaticano era sua coleção cartográfica.” Já os roteiros de navegação eram apenas manuscritos e não impressos, processo que dava aos mapas *status* de documentos privilegiados. As chapas originais de metal, com as alterações ao longo do tempo, duravam até 200 anos, sempre nas mãos



Carte tres Curieuse, de 1719

de “famílias” de cartógrafos, editores e livreiros. Às vezes essas famílias eram mesmo grupos consanguíneos com funções hereditárias, outras vezes eram ateliês altamente especializados. Os artistas, com experiência acumulada ao longo de décadas, não viajavam e recolhiam suas informações de “navegadores muitas vezes analfabetos”, segundo Miceli. Para dar uma ideia do prestígio atribuído à cartografia, ele lembra que o *Atlas maior*, do holandês Willem Blaeu (1571-1638), pintado com tinta de ouro, foi considerado o livro mais caro do Renascimento.

Um dos critérios de busca da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica é justamente por “escolas” de cartógrafos, entre elas a flamenga, a francesa e a veneziana – sempre lembrando que o saber fundamental veio dos navegadores e cosmógrafos portugueses. Iris Kantor considera que elas se interpenetram e planeja, futuramente, substituir a palavra “escola” por “estilo”. Também está nos planos da equipe reconstituir a genealogia da produção de mapas ao longo do período coberto. No estudo desses documentos se inclui a identificação daqueles que contêm erros voluntários como parte de um esforço de

contrainformação, chamado por Miceli de “adulteração patriótica”. Como os mapas que falsificam a localização de recursos naturais, como rios, para favorecer portugueses ou espanhóis na divisão do Tratado de Tordesilhas.

Uma evidência da função quase propagandística da cartografia está no mapa *Brasil*, de 1565, produzido pela escola veneziana, que ilustra a abertura desta reportagem. Nele não se destaca exatamente a precisão geográfica. “A toponímia não é muito intensa, embora toda a costa já estivesse nomeada nessa época”, diz Iris Kantor. “É uma obra voltada para o público leigo, talvez mais para os comerciantes, como indicam os barquinhos com os brasões das coroas da França e de Portugal. Vemos o comércio do pau-brasil, ainda sem identificação da soberania política. Parece uma região de franco acesso. A representação dos indígenas e seu contato com o estrangeiro transmite cordialidade e reciprocidade.”

“No fundo, os mapas servem como representação de nós mesmos”, prosse-

gue a professora da USP. “Pelo estudo da cartografia brasileira pós-independência, por exemplo, chama a atenção nossa visão de identidade nacional baseada numa cultura geográfica romântica, liberal e naturalista, que representa o país como um contínuo geográfico entre a Amazônia e o Prata. No mesmo período, a ideia do povo não era tão homogênea. Não é por acaso que os homens que fizeram a independência e constituíram o arcabouço legal do país fossem ligados às ciências naturais, à cartografia etc. A questão geográfica foi imperativa na criação da identidade nacional.”

Um exemplo bem diferente de utilização de recursos digitais na pesquisa com mapas está em andamento na Unicamp, derivado do projeto *Trabalhadores no Brasil: identidades, direitos e política*, coordenado pela professora Silvia Hunold Lara e apoiado pela FAPESP. Trata-se do estudo *Mapas temáticos de Santana e Bexiga*, sobre o cotidiano dos trabalhadores urbanos entre 1870 e 1930 (<http://www.unicamp.br/cecult/mapastematicos>). Segundo a professora, pode-se reconstituir o cotidiano dos moradores dos bairros, “não dissociados de seu modo de trabalho e de suas reivindicações por direitos”. ■